



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA  
GABINETE DO DEPUTADO JOÃO MÁDISON**

**PROJETO DE LEI nº 128 DE**  
**LIDO NO EXPEDIENTE**

**1º DE outubro DE 2009.**

Em, \_\_\_\_\_

*"Torna obrigatório o funcionamento de centros de atendimento dos planos de assistência à saúde nos hospitais privados do Estado do Piauí".*

1º Secretário

**O GOVERNADOR DO ESTADO DO PIAUÍ,**

FAÇO saber que o Poder Legislativo do Piauí aprova e eu sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1º** - Ficam obrigados os planos de assistência à saúde que condicionam tratamentos médicos e hospitalares a autorizações prévias a manter em funcionamento nos hospitais privados conveniados situados no Estado do Piauí, um centro de atendimento aos seus usuários.

**Parágrafo Único:** Estes centros deverão funcionar 24 (vinte e quatro) horas para analisar as autorizações necessárias aos tratamentos médicos e hospitalares.

**Art. 2º** Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

**SALA DAS SESSÕES, Palácio Petrônio Portella, em Teresina (PI), 01 de outubro de 2009.**

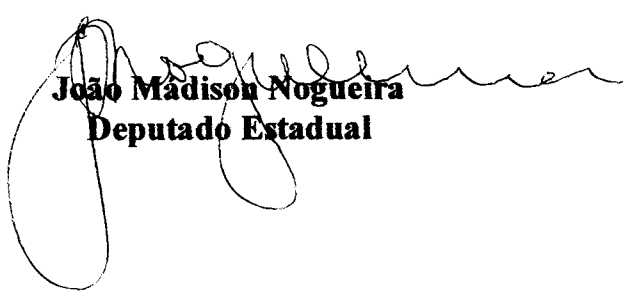
  
**JOÃO MÁDISON NOGUEIRA**  
Deputado Estadual/PMDB

## **JUSTIFICATIVA**

De acordo com o resultado de consulta realizado pelo Instituto Brasileiro de Direito ao Consumidor que orienta os associados, as reclamações de planos de saúde estão liderando o ranking de insatisfação do consumidor. Com a proposta, o usuário terá maior garantia de atendimento nos problemas de saúde que necessitam de soluções emergenciais.

O centro de atendimento deverá funcionar 24 (vinte e quatro) horas por dia nos hospitais privados conveniados, dando a oportunidade ao associado do plano de saúde solicitar a qualquer momento do dia, autorização para a realização de exames mais complexos e urgentes, considerando que os problemas de saúde não têm hora marcada para se manifestarem.

Este procedimento tem como objetivo fornecer um atendimento mais rápido e eficaz para o paciente, evitando maiores danos à saúde do associado.



**João Madison Nogueira**  
**Deputado Estadual**



**PROJETO DE LEI: Nº 128/2009**

**PROCESSO : AL 2038/09**

**AUTOR: DEP. JOÃO MADISON NOGUEIRA**

**RELATOR: DEPUTADO MARDEN MENESES**

## **I - RELATÓRIO**

Encaminhado a esta relatoria nos termos do Art. 47, inciso VI, do Regimento Interno combinado com os arts. 59 a 63, 139 e seguintes do mesmo diploma legal, apresentamos parecer ao Projeto de Lei nº 128/09 de autoria do Deputado João Mádison Nogueira que **dispõe sobre a obrigatoriedade do funcionamento de Centros de Atendimento dos planos de assistência à saúde nos hospitais privados do Estado do Piauí**".

Em sua justificativa o autor alega que reclamações contra planos de saúde lideram o ranking de insatisfação do consumidor e que a sobredita proposição trará uma maior garantia de tratamento aos problemas de saúde que necessitam de soluções emergenciais.

Importante salientar que os tais centros funcionarão 24 (Vinte e quatro) horas por dia.

Em síntese, é o relatório.

## **II – PARECER**

Trata-se de proposição de autoria do insigne Deputado João Mádison Nogueira que, conforme ementa obriga o funcionamento de Centros de Atendimento dos planos de assistência à saúde nos hospitais privados do Estado do Piauí com o intuito de dar maior garantia de tratamento ágil aos problemas de saúde que demandam soluções emergenciais, pois tais enfermidades carecem de autorizações prévias e o advento desses Centros aproximaria o usuário de seus planos de assistência proporcionando maior celeridade e comodidade aos atendimentos.

O Referido Projeto de Lei tem respaldo no Art. 96, I, “b” do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Piauí, bem como atende a constitucionalidade formal no que tange à sua competência de iniciativa, requisito preenchido em consonância com o Art. 75, “caput” da Constituição Estadual: *In verbis*:

*A iniciativa das leis complementares e das leis ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma prevista nesta Constituição. (Grifo não constante do texto original)*

A matéria objeto deste projeto encontra arrimo na Constituição Federal, no bojo de seu artigo 24, senão vejamos:

*Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:  
(...)  
XII - previdência social, proteção e defesa da saúde;  
(Grifo não constante do texto original)*

Da leitura do artigo infra, fica clara a sintonia da proposta em epígrafe com texto do artigo 14 da Carta Estadual. *In verbis*:

*Art. 14 – Compete, ainda, ao Estado:  
  
I – concorrentemente com a União, legislar sobre:  
(...)  
m) previdência social, proteção e defesa da saúde;  
(...)  
(Grifo não constante do texto original)*

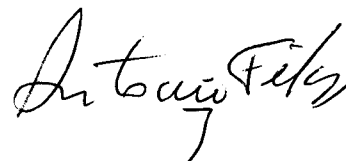
## II – VOTO

Por referido Projeto de Lei atender preceitos de Ordem Constitucional, legal, regimental e técnica legislativa, esta relatoria opina pelo trâmite normal da presente proposição, no que encerra em parecer FAVORÁVEL.

Assim votamos.

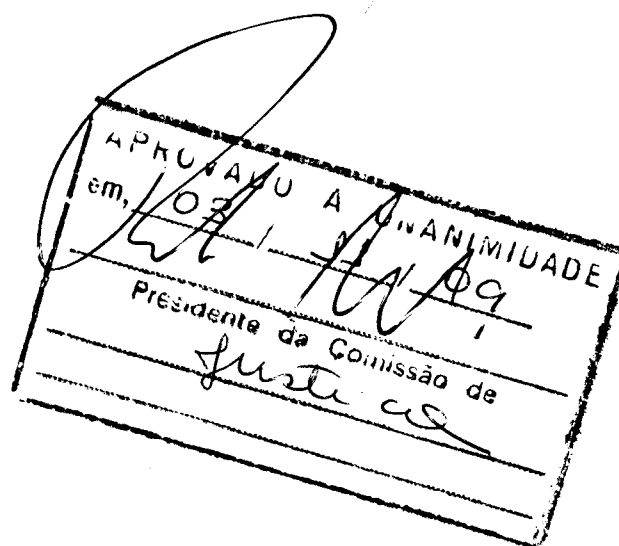
SALA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA DA ASSEMBLEIA  
LEGISLATIVA DO ESTADO DO PIAUÍ, Teresina, 27 de outubro de 2009.

  
Dep. **MARDEN MENEZES**













## Assembléia Legislativa

Ao Presidente da Comissão de

Adm. Pública

para os devidos fins.

Em 03 / 11 / 09

Elkayn

*Conceição de Santa Luzes Rodrigues*  
Chefe do Núcleo Comissões Técnicas

Ao Deputado

Paulo Vilas

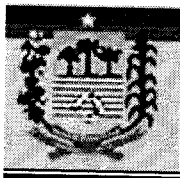
Mendonça

para relatar.

Em

1 / 11 / 09

[Assinatura]  
Presidente Comissão de Administração  
Pública



## **Assembléia Legislativa do Piauí**

### **COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

**MENSAGEM: PROJETO DE LEI Nº- 128/09**

**PROCESSO: AL 2038/09**

**AUTOR: DEPUTADO JOÃO MÁDISON NOGUEIRA**

**RELATOR: DEPUTADO PAULO CÉSAR VILARINHO**

#### **I – RELATÓRIO**

Encaminhado a esta relatoria nos termos do Art.61 da Constituição Estadual combinado com o artigo 139 do Regimento Interno, apresentamos parecer ao Projeto de Lei que **“Torna obrigatório o funcionamento de centro de atendimento dos planos de assistência à saúde nos hospitais privados do Estado do Piauí”**.

#### **II – PARECER**

A proposição que já teve parecer favorável na COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA trata-se de Projeto de iniciativa do Deputado JOÃO MÁDISON NOGUEIRA, que **“Torna obrigatório o funcionamento de centro de atendimento dos planos de assistência à saúde nos hospitais privados do Estado do Piauí”**.

#### **III – VOTO**

Em face dos argumentos já enumerados pela **COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA** e a importância da proposição para as pessoas, que em muitas ocasiões necessitam

dos serviços dos planos de assistência a saúde em horário não comercial, ficam sem o atendimento. A proposição tem por objetivo dar maior tranquilidade aos beneficiados de planos de assistência a saúde em nosso Estado e considerando as atribuições desta Comissão previstas no **Regimento Interno deste Poder**, esta relatoria autoriza o tramite normal da presente proposição por encontra-se em consonância com a Legislação Federal, Estadual e com as normas regimentais desta Casa, recomenda esta relatoria, seja a proposição em epígrafe, colocada à disposição dos nobilíssimos (a) pares desta Comissão para o normal trâmite do processo legislativo, no que encerra em **parecer favorável**.

#### IV – PARECER DA COMISSÃO

A **Comissão de Administração Pública**, após análise e discussão da matéria, delibera na forma a seguir:

( ) Pelo **ACATAMENTO do Voto do Relator**, apurado através dos votos dos Deputados membros da Comissão, presentes a reunião, mediante a aposição de suas assinaturas a este Parecer, conforme a natureza de seus votos;

( ) Pela **REJEIÇÃO do Voto do Relator**, apurado através dos votos dos Deputados membros da Comissão, presentes a reunião, mediante a aposição de suas assinaturas a este Parecer, conforme a natureza de seus votos;

#### Sala das Comissões Técnicas Assembléia Legislativa do Estado do Piauí

Teresina, 05 de novembro de 2009.

*Paulo César Vilarinho*  
Dep. PAULO CÉSAR VILARINHO  
**RELATOR**

*Samuel* ✓

*Antônio Silva*

*João*

APROVADO A UNANIMIDADE
em, <i>05/11/2009</i>
Presidente da Comissão de
<i>Adm. Pública</i>

*[Assinatura]*